



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

REQUERIMENTO Nº 123, DE 2017 – CAS

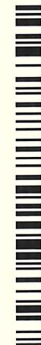
Com base no artigo 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja ~~convocado~~ ^{convocado} o Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Dyogo Oliveira, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca do “pacote de medidas” que afetam os serviços e os servidores públicos, divulgado pelo governo em associação ao anúncio da alteração das metas fiscais.

JUSTIFICAÇÃO

O Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo de Oliveira, ao lado de outros membros do Governo, anunciou uma série de medidas que afetarão profundamente aos servidores públicos e em consequência, poderão comprometer a qualidade dos serviços públicos e da efetivação das políticas públicas e em especial as políticas sociais. Medidas que deverão ser debatidas exaustivamente pelas casas do legislativo

Entre outras medidas anunciados pelo governo, podemos destacar:

- Adiamento do reajuste de salário para os servidores públicos do Executivo Federal, já negociados em 2015 e referendados pelo governo Michel Temer. Esta medida deverá afetar docentes, policiais militares e civis dos ex-territórios, as carreiras jurídicas, gestores públicos, além de servidores do



SF/17191.11003-63

Página: 1/2 16/08/2017 10:28:58

882fe18f7cf27b7f0e005733741fc05f11f576cd





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

Banco Central (BC), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Superintendência de Seguros Privados (Susep), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre outros;

- Congelamento dos contracheques de policiais federais e rodoviários federais, de auditores da Receita Federal do Brasil e do Trabalho, bem como os de peritos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A medida ainda atingirá diplomatas e oficiais de chancelaria.
- Revisão dos vencimentos iniciais para baixo para todas as carreiras de nível médio e superior, o que desestimulará o ingresso no serviço público.
- Anúncio da extinção 60 mil cargos do Executivo Federal, o que deverá ter reflexos diretos na qualidades e efetividades dos serviços públicos;
- Aumento da alíquota previdenciária dos atuais 11% para 14%, para parcela significativa dos servidores públicos.

O anúncio dessas medidas vem no momento em que o governo altera a meta fiscal ampliando a previsão de déficit para R\$ 150 bilhões. Assim como nas alterações promovidas pela CLT, o governo transfere para o trabalhador a conta de sua incompetência gerencial, desta feita para os trabalhadores dos serviços públicos.

Faz-se necessário, portanto, que esta Comissão se dedique a estudar as medidas propostas pelo governo, o que justifica promover uma Audiência Pública com a presença do Ministro do Planejamento.

Sala de Reuniões, em de agosto de 2017.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas



SF/17191.11003-63

Página: 2/2 16/08/2017 10:28:58

882fe18f7cf27b7f0e005733741fc05f11f576cd

